

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: um estudo sobre o Prouni em uma IES privada do município de Paulo Afonso-BA**

**Fabiana Pereira Martins**

Bacharel em Administração e Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade do Vale do São Francisco – Univasf.  
fabimartins\_pa@hotmail.com

**Maria do Socorro Macedo Coelho Lima**

Doutoranda em Desenvolvimento pela Universidade de Salvador – UNIFACS. Professora Assistente da Autarquia Educacional do São Francisco - AEVSF – FACAPE e Tutora na Univasf no Curso de Pós-graduação em Gestão Pública.  
socoerofacape@hotmail.com

### **RESUMO**

Este estudo realizou uma análise dos impactos socioeconômicos gerados para os beneficiários do ProUni da Faculdade Sete de Setembro, localizada no município de Paulo Afonso-BA, atentando para as características e os requisitos que promovem o acesso ao Programa, bem como identificando os reais efeitos alcançados através da implantação de uma política pública de inserção na educação superior. Os métodos de pesquisa utilizados foram o bibliográfico e a pesquisa de campo, possuindo uma abordagem descritiva. A coleta dos dados foi efetuada através da aplicação de um questionário que contemplou uma amostra de 88 bolsistas. Os dados receberam tratamento quantitativo, tendo os resultados expostos em gráficos e tabelas. Ao delinear o perfil dos bolsistas, notou-se que se enquadram nos critérios exigidos pelo Programa. Também foi registrada a ocorrência de impactos sociais e econômicos que afetam os discentes, variando apenas em atingir uma maior ou menor quantidade desses. Além disso, foram apontadas as limitações do ProUni e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para permanência e conclusão da graduação.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. ProUni. Ensino superior.

### **ABSTRACT**

This study conducts an analysis of the socioeconomic impacts that reaches the benefitting students of ProUni of the College Sete de Setembro, localized in the city of Paulo Afonso – BA, noting the characteristics and the requirements that promote access to the program, as well as identifying the real effects achieved through the implementation of a public policy program of insertion in superior education. It was used the methods of bibliographical and field research, with a descriptive approach. The data collection was performed through the application of a questionnaire that included a sample of 88 scholarship students. The data received a quantitative treatment, having its results exposed in graphics and tables. By delineating the profile of the participants, it was noticed that they fit the requirements of the program. It was also registered the occurrence of social and economic impacts that affect a parcel of these students. Moreover, were pointed some limitations in the ProUni and the difficulties faced by the students in order to keep and conclude the graduation.

**Key-words:** Public Policies. ProUni. Higher education.

## INTRODUÇÃO

Nos debates estabelecidos acerca das condições necessárias para proporcionar o progresso do país, recorrentemente, a educação é apontada como uma das soluções para superar as desigualdades e mazelas sociais. No entanto, a acessibilidade ao ensino superior ainda é muito limitada, atendendo um número pequeno de discentes, pois uma grande parte desses não encontram condições de ingresso. Diante dessa problemática, uma maneira encontrada para tentar equacionar a situação foi criar políticas públicas que favorecem a inclusão dos estudantes no ensino universitário.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar os impactos causados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) para os beneficiários da Faculdade Sete de Setembro, em termos econômicos e sociais. Em síntese, o ProUni trata-se de uma proposta do governo federal criado em 2004 e institucionalizado em janeiro de 2005, através da Lei nº. 11.096 (Brasil, 2005) e, de acordo com Amaral e Oliveira (2011, p. 865), tem como finalidade:

[...] a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50% e 25%) a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

O ProUni também tem se tornado uma forma do Estado tentar sanar a insuficiência da quantidade de vagas geradas pelas universidades públicas, por meio dessa integração com as IES privadas, havendo benefícios mútuos. Porém, desprender esforços somente para atingir metas em termos quantitativos não produzem os resultados e as transformações sociais de que carece a sociedade. A principal questão que precisa entrar em voga é discutir os efetivos impactos causados para os estudantes contemplados pelo Programa.

Essa averiguação se faz necessária em razão das políticas públicas implantadas, mesmo quando devidamente planejadas, nem sempre conseguem gerar as consequências desejadas e atingir as metas e objetivos previamente traçados, resultando, muitas vezes, em prejuízos diversos que sequer chegam a ser conhecidos, por falta de ações que os investiguem. Por isso, esse estudo visou suscitar essa análise acerca do ProUni, servindo como base para discussão sobre seus reais efeitos, de maneira que verifica a existência e elenca os impactos socioeconômicos produzidos e que afetam seus beneficiários, seja de forma positiva ou negativa.

Deste modo, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois, de acordo com Andrade (1999, p.106), as que assim se classificam, são aquelas em que “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.”

Quanto aos meios de investigação utilizados, inicialmente, para melhor entendimento dos assuntos abordados foi feita uma pesquisa bibliográfica. Também se constitui em uma pesquisa de campo, assim “[...] denominada porque a coleta de dados é efetuada “em campo”,

onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles.” (ANDRADE, 1999, p. 109).

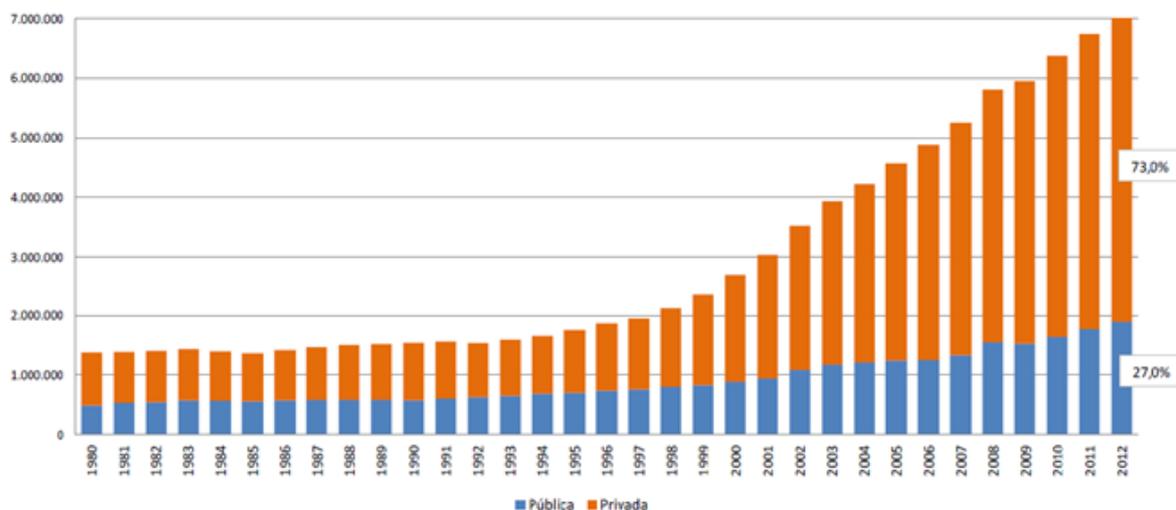
Para estabelecer a população e a amostragem foram considerados todos os estudantes com matrícula ativa na IES, apontando um universo formado por 157 bolsistas. O tamanho da amostra foi estabelecido conforme a fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas (Gil, 2008), resultando na aplicação de 88 questionários.

Os dados foram tratados dentro de uma abordagem quantitativa, que “[...] é focada na mensuração de fenômenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos.” (TAFNER e SILVA, 2009, p.143). Por fim, foram desenvolvidos gráficos e tabelas para expor os resultados.

## 1 DISCUSSÃO TEÓRICA

### 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os dados divulgados pelo censo da educação superior, realizado pelo Inep (2012), apontam um crescimento significativo na procura e ingresso em cursos superiores, sendo que nos últimos 10 anos as matrículas dobraram, passando de 3,5 para 7,0 milhões de alunos. A Figura 01, logo abaixo, trata dessa evolução das matrículas ao longo dos anos, evidenciando um aumento significativo, além de mostrar o grau de participação das IES privadas e públicas dentro desse crescimento, em que o ensino privado se sobressai. Isso demonstra a deficiência do Estado em ofertar a quantidade de vagas suficientes para absorver a população que requer esse serviço, tendo em vista que é notável que há uma procura cada vez maior.



**Figura 01** – Evolução da matrícula na educação superior de graduação por categoria administrativa Brasil 1980-2012

Fonte: MEC/Inep

Entretanto, no Brasil, ainda há muitos fatores que impossibilitam o ingresso da população de baixa renda no ensino superior, principalmente, quando se trata da rede pública, entre eles apresenta-se a elevada discrepância da relação candidato/vaga e a dificuldade do estudante conciliar trabalho e estudo. Já quando se refere ao ensino superior privado, o problema está em arcar com os custos das mensalidades e recursos para manter as despesas durante o curso (material didático, deslocamentos, etc.).

Mediante essa realidade, a ampliação da acessibilidade, dedicada àquelas pessoas pertencentes às camadas menos favorecidas da população, é uma das questões que precisa ser foco das políticas públicas. Em síntese, as ações denominadas de políticas públicas, segundo Frey (2000 citado por Anhaia, 2010 p.19), podem ser definidas como:

[...] iniciativas governamentais que criam medidas administrativas ou jurídicas de atuação num campo específico para que se possa assegurar um determinado fim. Tais iniciativas podem desenrolar-se no setor público ou privado.

Com base nesse conceito, pode-se afirmar que o termo política pública tem um sentido abrangente, referindo-se a toda decisão tomada para mediar conflitos de interesses entre partes que envolva a alocação dos bens e recursos públicos, resultando na elaboração de programas, ações e atividades que implicam implementação, execução e avaliação, uma vez que possuem objetivos a serem alcançados. Podem ser desenvolvidas tanto pelo Estado, direta ou indiretamente, quanto em conjunto com a esfera privada e, como consequência, irão influenciar na vida dos cidadãos.

Considerando o histórico da expansão dos cursos de graduação brasileiros que acabou por resultar na implantação de políticas públicas dentro do campo educacional superior, Neves *et. al* (2007, p. 142), em um relato sucinto, explica que:

A educação superior no Brasil apresentava-se, até muito recentemente, como um domínio reservado aos jovens provenientes das camadas mais ricas da população. Após uma onda de crescimento nos anos 1970, a matrícula manteve-se inalterada até meados dos anos noventa. Ao longo dos governos militares (1964 -1985), as políticas oficiais contiveram a expansão do ensino de graduação público e gratuito e permitiram a multiplicação dos estabelecimentos privados onde o ensino era pago. [...].

Já a partir da década de 1990 essa tendência de crescimento do ensino universitário particular se acentuou, pois, segundo Costa (2012, p. 30), “[...] Tal expansão teve o amparo legal do Estado Brasileiro através da concessão à iniciativa privada a prestação de serviços educacionais na Educação Superior.” O resultado desse processo culminou no estabelecimento das parcerias entre os setores público e privado, surgindo, assim, os programas sociais voltados para a educação superior, em que foram pensados e desenvolvidos com foco na ampliação das vagas e na acessibilidade de grupos minoritários. Dentre esses, estão entre os de maior visibilidade o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento do Ensino Superior (FIES).

## 1.2 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

O ProUni é considerado pelo Ministério da Educação como o maior programa de concessão de bolsas de estudos da história da educação brasileira, pois no seu primeiro processo seletivo, que ocorreu em 2005, foram ofertadas cento e doze mil bolsas em 1.142 instituições, abrangendo todo o território nacional. (ALVES, 2010). A Figura 02 mostra a evolução na oferta de vagas, apontando uma tendência de crescimento na quantidade de bolsas de estudo oferecidas.

Ano	Parcial	Integral	Total
2005	40.370	71.905	112.275
2006	39.907	98.761	138.668
2007	66.223	97.631	163.854
2008	125.510	99.495	240.441
2009	94.517	153.126	247.643
2010	115.351	125.090	240.441
2011	142.650	80.520	123.170

**Figura 02** - Evolução da oferta de bolsas do ProUni: de 2005 até o primeiro semestre de 2011

**Fonte:** Taneguti (2013, p. 26)

Entretanto, existem requisitos para ter acesso ao ProUni, o Relatório de auditoria operacional do TCU, acerca do ProUni e do FIES (Brasil, 2009, p. 28), apresenta de maneira sintética quem se enquadra dentro dos critérios para pertencer ao público-alvo do Programa. De modo mais específico, indica-se que as bolsas de estudo podem ser concorridas e estão restritas para aqueles que atenderem as seguintes especificações:

[...] fazer o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), obter nota mínima de aprovação e satisfazer uma das seguintes condições: a) ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública ou cursado o Ensino Médio completo em escola privada com bolsa integral, ou ainda ter cursado todo o Ensino Médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição; b) ser candidato portador de deficiência; c) ser professor da rede pública de educação básica, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição. Nesse último caso, o professor deve concorrer a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia, não sendo considerado como fator limitante o critério de renda.

Além dessas regras, o beneficiário não pode ser portador de diploma nesse nível de escolarização, estar matriculado em instituição pública de ensino superior concomitantemente ao usufruto da bolsa e nem ser financiado pelo FIES em curso ou instituição de ensino diferente daquela para a qual foi concedida a bolsa. (BRASIL, 2009).

Quanto ao momento da adesão ao programa até a concessão da bolsa de estudos, delinea-se o seguinte processo, conforme explana Mari (2011): o candidato precisa realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois são classificados pela nota alcançada, sendo necessário atingir o resultado mínimo estabelecido pelo MEC; as inscrições são realizadas via internet, pelo sistema on-line Sisprouni, no qual o aluno pesquisa as instituições e os cursos

participantes e indica para quais deles deseja concorrer, além de declarar que apresenta as condições exigidas para disputar a bolsa; encerrado o prazo de inscrições, os discentes são classificados de acordo com as suas opções e as pontuações alcançadas no Enem; posteriormente a essa classificação, o estudante pré-selecionado deve entregar à instituição de ensino uma série de documentos que comprovem os dados socioeconômicos informados por ele na ficha de inscrição.

No que tange a participação das IES, a princípio, devem estar com seus cursos com avaliação positiva, estando declarado em regulamento que aquelas que aderirem ao Programa recebem, em contrapartida, um incentivo fiscal, ficando isentas de pagar os seguintes tributos: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS). (ALVES, 2010).

Ademais, as instituições de ensino superior que aderirem ao ProUni ficarão obrigadas a concederem bolsas de estudo, dedicando atenção aos aspectos referente à renda da família e a renda *per capita*. De acordo com Alves (2010), o critério de renda define o tipo de bolsa ao qual o candidato pode concorrer da seguinte forma: bolsa de estudo integral, para os estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 (um e meio) salário mínimo; e bolsa parcial se a renda mensal *per capita* for maior que um salário mínimo e meio e menor ou igual a três salários mínimos, assim o candidato pode requerer uma bolsa de estudo de 25% ou 50%.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Sete de Setembro - FASETE - é uma instituição privada que presta serviços de educação superior na modalidade presencial. Está localizada no município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, tendo como mantenedora a Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda. (FASETE, 2014).

No tocante ao ProUni, a Fasete oferta bolsas de estudo desde o ano de 2005 até a atualidade, resultando num total de 340 estudantes já contemplados, segundo informou a IES com base nos dados do Sisprouni. Considerando que no município, desde a concepção do Programa até o ano de 2013, foram ofertadas 670 bolsas, de acordo com informações do sítio do ProUni que expõe a quantidade de bolsas concedidas por município (BRASIL, 2014), infere-se que a Fasete, para o mesmo período, é a responsável por 51% dessas vagas, portanto possui papel relevante nesse cenário.

### 3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nos questionamentos iniciais foi delineado o perfil dos bolsistas, conforme trata as Tabelas 01 e 02 na sequência, abordando as questões relacionadas ao gênero, cor declarada, idade e renda familiar. No que se referente ao sexo, tem-se 50% de homens e 50% de mulheres, revelando um fator positivo, pois mostra um equilíbrio nas oportunidades de acesso, resultando em condições igualitárias, para ambos os gêneros, de desfrutarem dos mesmos benefícios.

**Tabela 01-** Perfil dos bolsistas quanto ao gênero e a cor declarada.

Quantidade	SEXO			COR DECLARADA						
	M	F	Total	Branco	Pardo	Negro	Amarelo	Indígena	Outra	Total
Nº	44	44	<b>88</b>	21	48	11	4	4	0	<b>88</b>
%	50%	50%	<b>100%</b>	24%	55%	13%	4%	4%	0%	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014.

No tocante a cor declarada por cada participante, a maioria se considera pardo, correspondendo a 55%, seguido pelos declarados branco com 24%, negro com 13%, amarelo e indígena com 4% e a opção outra não foi citada. Isso mostra que uma grande parte dos estudantes contemplados se enquadra dentro de um dos critérios estabelecidos para o Programa, tratando-se da destinação de cotas para aqueles que se declararem pardo, negro ou indígena. Apesar disso, o quantitativo daqueles que se consideram negro e indígena é muito inferior às demais categorias, assim ainda há a necessidade de desenvolver ações que atinjam esse público, já que é uma demanda requerida pela sociedade.

Ao tratar-se da idade dos estudantes no início da graduação pelo ProUni, foi constatado que a maior parte está situada na faixa etária dos 18 a 30 anos, representando 82% da amostra, na sequência estão os que possuem menos de 18 anos, 12%, os de 31 a 40 anos com 5%, a faixa entre 41 a 50 anos com 1% e para aqueles com mais de 50 anos não houve representantes, portanto, percebe-se que o Programa atende um público jovem. Esse fato é condizente com a realidade nacional, haja vista que, segundo pesquisa divulgada pelo TCU (BRASIL, 2009), essa é a faixa etária que possui a maior concentração de bolsistas.

**Tabela 02 -** Perfil dos bolsistas quanto à idade e a renda familiar.

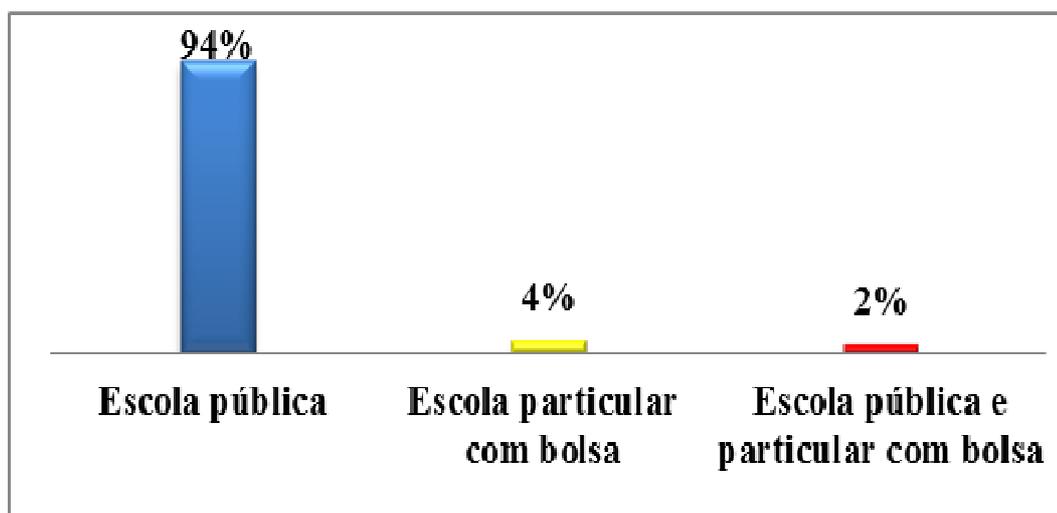
IDADE			RENDA FAMILIAR		
Anos	Nº	%	Valor em salários mínimos	Nº	%
Menos de 18	11	12%	Menos de um salário mínimo	2	2%
18 a 30	72	82%	1 salário mínimo	14	16%
31 a 40	4	5%	De 2 a 3 salários mínimos	51	58%
41 a 50	1	1%	De 4 a 5 salários mínimos	20	23%
Mais de 50	0	0%	Acima de 6 salários mínimos	1	1%
			Não possui renda	0	0%
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014.

Ainda de acordo com os dados dispostos na Tabela 02, foi indicado pela maior quantidade de pessoas que o valor total aproximado da renda familiar mensal, equivale a faixa de 2 a 3 salários mínimos (58%), desta forma caracteriza famílias que não possuem recursos para arcar com os custos de um curso universitário em uma instituição privada. Ademais, os que possuem de 4 a 5 salários mínimos é de 23%, 1 salário mínimo corresponde a 16%, com menos de 1 salário mínimo são 2%, acima de 6 salários mínimos é de apenas 1% e não recebeu indicação a alternativa não possui renda. Esse resultado apresenta consonância com os critérios econômicos do ProUni, haja vista que para postular a uma bolsa de estudo existe limites de renda.

Dando continuidade a descrição dos dados que revelam o contexto social dos estudantes bolsistas, bem como comprovam sua adequação aos requisitos do ProUni, investigou-se acerca do tipo de instituição em que este cursou o ensino médio, sendo que a grande maioria, composta por 94%, afirmou ser proveniente de escolas da rede pública de ensino. Já as demais opções alcançaram apenas 4% para aqueles que estudaram em escola particular com bolsa e 2% são os que cursaram em escola pública e particular com bolsa, conforme está exposto no Gráfico 01. Isso atesta, novamente, o atendimento, por parte dos estudantes, dos aspectos requeridos para concorrer à bolsa de estudo.

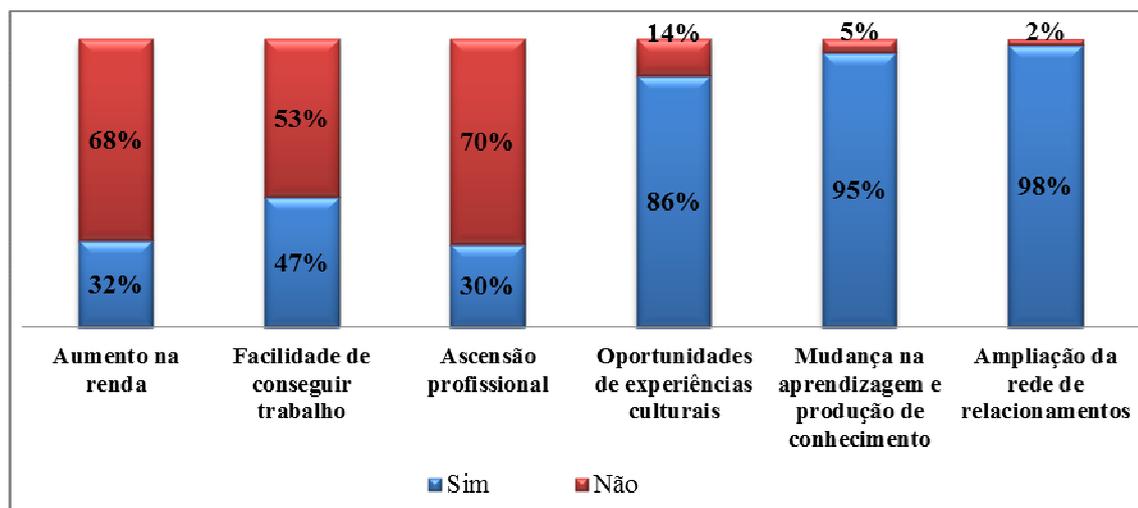
**Gráfico 01**–Tipo de instituição do Ensino Médio e desempenho acadêmico dos bolsistas



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014.

A fim de avaliar, mais diretamente, os impactos gerados para os estudantes bolsistas do ProUni após a inserção na educação superior, foram feitas uma série de indagações que foram sintetizadas no Gráfico 02, o qual expõe a representatividade de cada uma e, de modo geral, sinaliza a ocorrência de três benefícios percebidos pela maior parcela dos respondentes e outras três questões que é identificada somente na menor parte dos casos.

**Gráfico 02** – Impactos causados aos beneficiários do ProUni



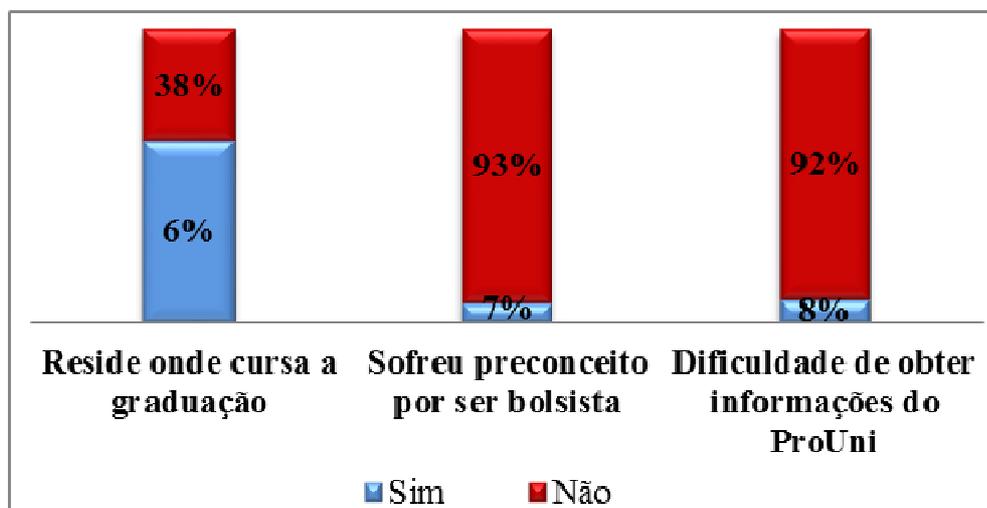
**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014

No primeiro grupo, respectivamente, são notadas a conquista de vantagens no âmbito social, uma vez que quando foram questionados se a graduação proporcionava oportunidades de experiências culturais (biblioteca, Internet, cinema, museu, etc.), o quantitativo de 86% respondeu que sim e 14% informaram que não. No tocante a ocorrência de mudanças na aprendizagem e na produção de conhecimento (leitura, produção de textos, etc.), 95% afirmaram que sim e o restante, 5%, disseram que não. E por último, um total de 98% da amostra percebeu que a rede de relacionamentos ampliou a partir do ingresso no curso superior e somente 2% não notou esse alargamento social. Em suma, infere-se que a escolarização em nível superior permite ao estudante a acessibilidade e inclusão em atividades que são típicas do meio acadêmico e que, por sua vez, oportunizam transformações de caráter intelectual e pessoal ao possibilitar o contato com novas fontes de conhecimentos.

O segundo grupo de variáveis levantadas, no qual se observa uma ligação com a área econômica, exprimem que os benefícios não são sentidos por uma grande parte dos usuários do Programa. Segundo os dados levantados, 68% dos participantes não registraram aumento da renda e 32% desses alcançaram algum acréscimo. Outro resultado revela que a quantidade de 70% da população amostral afirmou que não teve nenhum tipo de ascensão profissional e os outros 30% registram alguma evolução na carreira. Por fim, quanto à existência de uma maior facilidade de conseguir trabalho após entrar no ensino universitário, houve uma pequena diferença, em que um total de 53% dos bolsistas indicaram que não houve e 47% disseram que sim. Esse quadro, mesmo sendo a minoria, ainda favorece uma quantidade significativa de estudantes, reforçando que possuir uma formação superior maximiza as chances do indivíduo ser inserido no competitivo mercado de trabalho, trazendo as melhorias tão almejadas em suas condições de vida.

Com a finalidade de avaliar outros aspectos do Programa que interferem no bem-estar do estudante e no êxito de uma política pública de democratização da educação superior, obteve-se os resultados que compõem o Gráfico 03, o qual trás à tona problemáticas preocupantes que merecem atenção e medidas de tratamento por parte do Estado e das IES.

**Gráfico 03** – Deficiências do Programa.



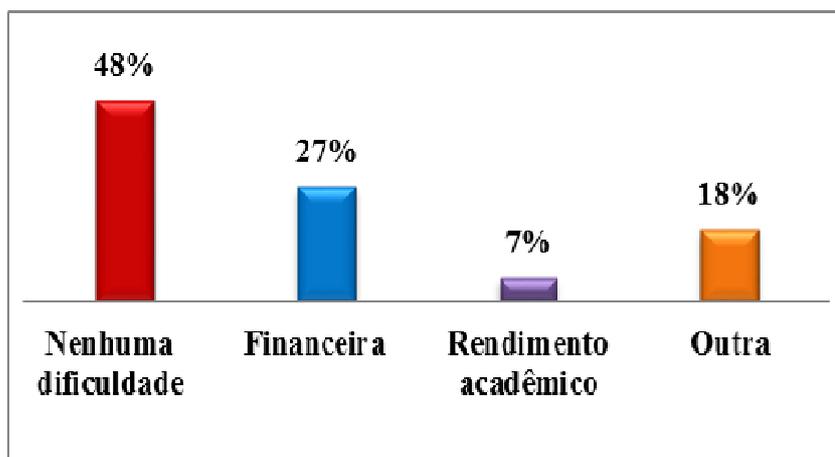
**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014

Assim, quando foi perguntado aos estudantes sobre a ocorrência de algum tipo de preconceito por este ser bolsista, o total de 93% afirmaram que não sofreram ação dessa natureza e 7% responderam que já foram vítimas de preconceito. No que tange a existência de dificuldades para obter informações acerca do ProUni, de modo semelhante, 92% dos participantes disse que não há problema e os demais 8% sinalizaram que encontraram. Apesar da pouca expressividade, essas características negativas precisam ser erradicadas, pois, no primeiro caso, pode comprometer o desempenho do bolsista e impedir sua permanência e conclusão da graduação. Na segunda situação, acaba impossibilitando que o discente esclareça dúvidas e restringe o alcance do público-alvo do Programa, dificultando o entendimento e a participação nos processos seletivos.

E por último, 63% da amostra informou que residem na cidade onde cursa o ensino superior e os outros 37% são moradores de outros municípios, sendo necessário o deslocamento diário e outras é mais viável se instalar na localidade sede da faculdade, deste modo denota-se a necessidade de incentivo às IES para aderirem aos programas sociais de expansão do ensino superior, desta forma haverá uma ampliação no número de vagas e de opções de cursos, favorecendo a acessibilidade do estudante.

Nessa mesma perspectiva, o levantamento mostrado no Gráfico 04, logo abaixo, revelou quais são as maiores dificuldades que os bolsistas enfrentaram para permanecer na universidade, em que a maior parcela deles, 48%, afirmou não ter passado por nenhuma dificuldade, mas 27% declaram ter tido adversidades de caráter financeiro, seguido por aqueles, 18%, que relataram outras complicações e com menor percentual ficou os que indicaram dificuldades no rendimento acadêmico, 7%.

**Gráfico 04** – Dificuldades dos bolsistas para permanência na universidade



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no período de 29 de setembro a 13 de outubro de 2014

Considerando esse quadro geral, infere-se que a ocorrência desses fatores resulta em diversos danos para os beneficiários do ProUni, isto é, acaba implicando no rendimento acadêmico e na satisfação com a graduação, levando-os ao abandono do curso. A partir do conhecimento dessas características, podem ser pensadas alternativas para amenizar a incidência desses empecilhos, a exemplo, da revisão dos critérios e ampliação da oferta da Bolsa auxílio distribuída pelo Programa, na tentativa de sanar a carência financeira; elevar a disseminação de informações sobre o ProUni nas mídias mais populares e, principalmente, nas escolas; e incentivar a participação das IES, no intuito de oferecer oportunidade de uma escolarização superior em localidades mais próximas dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou as percepções dos beneficiários do Programa Universidade para Todos oriundos da Fasete, apontando as contribuições que o ingresso na educação superior proporciona, mas também destacou aspectos negativos que afetam a implementação dessa política pública.

Através das fontes bibliográficas exploradas conheceu-se o processo de concepção do ProUni, além de entender as etapas realizadas até se efetivar a concessão das bolsas de estudo. Cabe destacar a necessidade dos estudantes atenderem os requisitos que promovem o acesso ao Programa, atestando-os por meio de documentação. Nesse ponto, de acordo com as declarações dos bolsistas, pode ser percebido que se enquadram nos critérios estabelecidos, haja vista que a maioria pertence à família de baixa renda e cursaram o Ensino Médio em escola pública e/ou na rede privada com bolsa de estudo. No tocante ao atendimento das minorias e ao delineamento do perfil dos beneficiários, a maior parte declarou-se pardo, portanto também estão compreendidos nos grupos prioritários, assim como foi constatado que existe uma expansão equitativa da educação superior entre os gêneros.

Mediante a execução da pesquisa, foi possível identificar a ocorrência de impactos sociais e econômicos para os indivíduos em virtude do ingresso no Programa, variando apenas em atingir uma maior ou menor quantidade desses bolsistas. Desta forma, os aspectos sociais são os mais marcantes, de maneira que cooperam para gerar a inclusão do indivíduo na sociedade, aumentando suas chances de crescimento tanto em termos pessoais quanto profissionais, produzindo expectativas de mudanças positivas. Já referente aos efeitos financeiros, foram apontados pela minoria, porém esse resultado não descarta a possibilidade de avanços nessa direção.

O levantamento feito também apontou os problemas e as necessidades enfrentadas pelos bolsistas para conseguirem permanecer e concluir a graduação, bem como as deficiências do ProUni, servindo como um norteador que oportuniza aos agentes responsáveis pela política pública em discussão, o desenvolvimento de medidas prioritárias para a realidade mostrada, tendo em vista que essas problemáticas podem inferir no abandono da graduação pelo aluno, interrompendo todo o processo vislumbrado e privando a concretização de sonhos e das transformações sociais tão almejadas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisca Tatiana Braga. **Incentivo fiscal na área da educação – ProUni.** Faculdade Lourenço Filho. Fortaleza. 2010. Disponível em: <<http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-francisca-tatiana-braga-alves.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- AMARAL, Daniela Patti do e OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Dez 2011, vol.19, nº. 73, p.861-890. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000500008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000500008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ANHAIA, Bruna Cruz de. **O Programa Universidade para Todos: análise da política, do impacto e das vivências dos bolsistas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28760/000772665.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Relatório de auditoria operacional: Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).** Brasília: TCU, 2009. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/areas\\_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria\\_Prouni.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria_Prouni.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2014.
- BRASIL. **Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BRASIL. **PROUNI - Programa Universidade para Todos**. Quadros informativos. 2014.

Disponível em:

<[http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=137:quadros-informativos&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147](http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137:quadros-informativos&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147)> Acesso em: 20 agos. 2014.

COSTA, Fabiana de Souza. **O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. São Paulo, 2012. (Doutorado - Programa de Pós-Graduandos em Educação: currículo), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=15286](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15286)> Acesso em: 28 jul. 2014.

FACULDADE SETE DE SETEMBRO – FASETE. **Histórico**. Disponível em:

<[http://www.fasete.edu.br/internas/fasete/?id\\_sec=4](http://www.fasete.edu.br/internas/fasete/?id_sec=4)> Acesso em: 08 set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

MARI, Marcela Campos de. Programa Universidade para Todos: **As fragilidades do sistema de bolsas para estudantes carentes**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

Disponível em: <<http://www.nupe.ufpr.br/mari.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MERCADANTE, Aloizio. **Censo da educação superior 2012**. Disponível em:

<[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1379600228mercadante.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro e FACHINETTO, Rochele Fellini.

**Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n.º. 17, jan./jun. 2007, p. 124-157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17>>. Acesso em: 15 agos. 2014.

TAFNER, Elisabeth Penzlien e SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Ed. Grupo UNIASSELVI - Indaial: 2009.

TANEGUTI, Luiza Yoko. **Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3**. Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. Brasília. 2013.

Disponível

em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:k0\\_knohga2gJ:portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D13948%26Itemid%3D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:k0_knohga2gJ:portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13948%26Itemid%3D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 08 jul. 2014.